



**CPMI - INSS
00978/2025**

CONGRESSO NACIONAL

**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 - CPMI - INSS -
CRIADA PELO REQUERIMENTO 07/2025 – CN.**

REQUERIMENTO N.º , DE 2025

Requer que seja convocado a prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o Senhor **Sérgio Fernando Moro**, ex-Ministro da Justiça e Segurança Pública.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, §3º da Constituição Federal, na Lei nº 1.579/52 e no art. 148 do Regimento Senado Federal, este aplicado subsidiariamente aos trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - CPMI, consoante o art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO para que preste depoimento, o Senhor **Sérgio Fernando Moro**, ex-Ministro da Justiça e Segurança Pública.

JUSTIFICAÇÃO

Esta CPMI foi criada pelo Requerimento nº 7, de 2025 – CN para investigar o mecanismo bilionário de fraudes identificado no instituto nacional do seguro social (INSS), envolvendo descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas.

A convocação do então Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Fernando Moro, se impõe em razão das evidências de que sua gestão no governo Jair Bolsonaro, de 2019 a 2020, foi marcada por omissão e por decisões normativas que favoreceram a expansão das fraudes contra aposentados e pensionistas do INSS. Durante o período em que exerceu a pasta, medidas como a edição da Medida Provisória nº 870/2019 e regulamentações subsequentes criaram brechas que ampliaram a margem de atuação de sindicatos e associações picaretas sem o devido controle, facilitando o esquema criminoso posteriormente desvelado pela Operação Sem Desconto.





CONGRESSO NACIONAL

Registra-se, ainda, que ex-Ministro Sérgio Moro possuía amplos poderes no governo Bolsonaro, ao centralizar em sua pasta a Polícia Federal e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), configurando-se como um dos ministros mais influentes e com maior capacidade de ação no primeiro escalão. Tal condição reforça a responsabilidade institucional por não ter adotado medidas efetivas para prevenir ou interromper as fraudes, sendo importante esclarecer se houve negligência ou omissão deliberada frente a alertas recebidos na época.

Ademais, a imprensa noticia que menções ao senador Sérgio Moro, assim como ao deputado Fausto Pinato e ao ex-ministro Onyx Lorenzoni, levaram a Polícia Federal a remeter ao Supremo Tribunal Federal a investigação das fraudes no INSS¹:

“Em relação a Moro, as suspeitas recaem sobre mudanças nas atribuições administrativas do Ministério da Justiça, quando ele era o titular da pasta, para regular sindicatos e associações patronais e de trabalhadores. Segundo a PF, na gestão do ex-ministro foram promovidas alterações que enfraqueceram sindicatos tradicionais e favoreceram associações assistenciais envolvidas nos golpes aos aposentados. A corporação afirma que essa foi a "gênese da estrutura" de fraudes.”

Circula também na imprensa que um ex-assessor de Sérgio Moro estaria implicado nas investigações².

Desta forma, revela-se de grande relevância, para as investigações empreendidas por esta CPMI, a convocação do ex-ministro Sérgio Moro para depoimento, a fim de esclarecer as decisões adotadas, as omissões verificadas e a relação de sua gestão com a expansão das irregularidades investigadas. Por tais razões, solicita-se a aprovação do presente Requerimento e a designação de data para a oitiva.

Sala da Comissão, de agosto de 2025.

ROGÉRIO CORREIA
Deputado Federal – PT/MG

¹ <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2025/06/7183975-fraude-no-inss-pf-menciona-moro-onyx-e-pinato-em-apuracao.html>

² <https://oglobo.globo.com/blogs/lauro-jardim/post/2025/08/ex-assessor-de-sergio-moro-aparece-nas-investigacoes-da-pf-do-escandalo-do-inss.ghtml>

